



REFORMA DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO E CÓDIGO CIVIL: INTERFACES E IMPACTOS NA ADVOCACIA

Autor(res)

Gladson Barros Resplandes
João Wesley Da Silva Sousa
Regilane Costa Martins
Andressa Luzia Alves Feitosa
Athagnando Dos Santos Souza
Sarah Cristhina Santos Ferreira
Jackson Alves Cardoso Junior
Ariadnny Almeida Silva
Andre Ribeiro Sousa
Marilene Moreira Sousa

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE IMPERATRIZ

Introdução

A Reforma Tributária (PLP nº 68/2024) no Brasil é um tema amplamente debatido, visando a simplificação e racionalização do sistema tributário nacional. Em paralelo, o Código Civil 2002 estabelece normas gerais sobre direitos e deveres nas relações privadas, influenciando diversas áreas da prática jurídica. No contexto atual, as discussões sobre a reforma tributária ganham relevância, especialmente em como essas mudanças interagem com o Código Civil.

O presente resumo tem como foco as mudanças proporcionadas pela reforma tributária e do Código Civil no Brasil, destacando as modificações nas legislações atuais e os impactos que essas modificações podem trazer para a classe dos advogados.

Objetivo

O objetivo deste trabalho é analisar as principais interfaces entre a reforma tributária e o Código Civil, destacando como as mudanças propostas na legislação tributária podem influenciar a prática da advocacia no Brasil. Busca-se identificar as áreas de sobreposição entre os dois regimes jurídicos e discutir os possíveis desafios e discordâncias que essas mudanças podem gerar para os profissionais do direito.

Material e Métodos

A metodologia utilizada no presente estudo consiste em uma revisão bibliográfica e documental, com a análise de textos normativos (Constituição Federal, Código Tributário Nacional, Código Civil 2002), projetos de lei relacionados à reforma tributária, bem como artigos acadêmicos e pareceres jurídicos. Além disso, foram



realizadas pesquisas em sites focados na área do direito tributário e cível, visando trazer mais pontos positivos e negativos referentes as reformas em questão.

Resultados e Discussão

Os impactos diretos na advocacia relacionados ao aumento da complexidade jurídica se referem à forma como novas normas e legislações, especialmente no campo tributário, tornam o ambiente jurídico mais desafiador. Isso exige que os advogados possuam um entendimento mais profundo das interações entre diferentes áreas do direito, como o tributário e o civil, e como elas afetam seus clientes. A interação entre as novas normas tributárias e o Código Civil gera um cenário mais complexo para os advogados, exigindo maior especialização e atualização constante.

Relacionado a carga tributária, antes da reforma a mesma era de 13,33% a 16,33%, após a reforma essa mesma carga subiu para aproximadamente 32,6%, o que querendo ou não, trouxe um grande impacto para a classe (Dados de Portal Contábeis). Só após muita comunicação e embates na advocacia do Brasil com intenção de buscar uma tributação mais benéfica para o ramo, foi incluído e aprovado no conteúdo da Reforma tributária, a redução de 30% na carga tributária para escritórios advocatícios.

Conclusão

Inferese-se, portanto, a reforma no Código Tributário e no Código Civil impactam a advocacia no Brasil, exigindo adaptações nas rotinas jurídicas e gerando debates sobre a carga tributária para advogados. Apesar dos desafios, essas mudanças também trazem oportunidades para o fortalecimento da advocacia, ressaltando a importância de atualização constante e de estratégias eficazes para garantir a conformidade com as novas legislações e o sucesso profissional no cenário jurídico em evolução.

Referências

- Gracciotte, Felipe. A Reforma Tributária e os impactos na advocacia. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/63970/reforma-tributaria-e-os-impactos-na-advocacia/>. Acesso em: 10 out. 2024.
- Araujo, E. F. A Reforma Tributária e seus impactos no Direito. Revista Brasileira de Direito Tributário, 45-67.2020.
- Carvalho, K. P. A nova tributação dos serviços jurídicos: Desafios e Perspectivas. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira.2020.
- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Brasil. Código Tributário Nacional. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm.
- Brasil. Código Civil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm.